

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**Objetivo:**

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é contratação de empresa habilitada em sistema de informática para criação/manutenção da utilização da base única e integrada do cadastro e gestão de indivíduos e famílias atendidas e acompanhadas pelos Serviços da Política de Assistência Social do município de Itajaí.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Assistência Social.

I – INFORMAÇÕES GERAIS**1. Equipe de Planejamento**

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Ana P. N. O. da Rocha	Assistente Social	1601	sasvigilancia@itajai.sc.gov.br
Thiago R. V. dos Prazeres	Assessor Executivo	2442701	executivosas@itajai.sc.gov.br

1.2 O Objeto de estudo do presente documento tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O Fundo Municipal de Assistência Social / Secretaria Municipal de Assistência Social de Itajaí tem por objetivo formular, implantar, regular, financiar, executar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Assistência Social como parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), prestando o atendimento integral às famílias e a seus membros, que dela necessitam, diante da condição de vulnerabilidade e risco social que se encontram ou atravessam temporariamente.

A Política de Assistência Social no município é executada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e responde pela concessão, gestão e/ou orientação às famílias quanto aos benefícios socioassistenciais, que se classificam em “Benefício de Prestação Continuada (BPC)” - para pessoas com idade igual ou superior a 65(sessenta e cinco) anos e/ou com deficiência e incapacidade para o trabalho; o Programa do Bolsa Família, custeados com o recurso do governo federal e o Cartão Cidadania e/ou Cartão Social, o Auxílio Natalidade, custeados com recurso do município.

Objetivando o cadastramento das famílias e indivíduos atendidos, com os registros das ações, dos dados de qualificação, dos atendimentos, dos acompanhamentos, das orientações e encaminhamentos prestados pelos serviços da assistência, de forma padronizada e integralizada, o município vem mantendo desde o final do ano de 2018, empresa especializada e capacitada em sistema de informatização que realizou desde o diagnóstico social da cidade e o mapeamento de toda a sua base territorial e de acordo com as especificidades de cada serviço da política de assistência, importando inicialmente os dados do sistema de CADÚnico integrando os serviços dos CRAS, CREAS, Centro POP, CASA de Apoio Social e ainda as OSCs que realizam a execução indireta de alguns serviços.

Oportuno destacar que a manutenção da base de dados e o suporte técnico, é de extrema necessidade e de fundamental importância que se mantenha, diante do resultado positivo alcançado, no qual se vem tendo a melhoria significativa, tanto pelos serviços e respectivas equipes, quanto dentre todos os serviços de proteção

social básica e especial de média e alta complexidade da assistência, possibilitando a integração das ações e informações, evitando a revitimização do usuário, o desserviço e a duplicidade de encaminhamentos e ações, além da riquíssima fonte de dados que favorece a construção de diagnóstico/planejamento para a efetivação de políticas públicas ou aquisição de serviços, o que motiva a realização de novo processo licitatório visando a compra de serviço desta mesma natureza, garantindo a continuidade na manutenção, alimentação e armazenamento das informações existentes, conforme carta de exclusividade anexa.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Na publicação do Plano Anual de Contratações para o ano de 2024, o objeto em questão possuía previsão direta no cronograma de contratações gerais da Secretaria Municipal de Assistência Social, com grau de prioridade Alto.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O contratado deverá atender os requisitos de documentação para habilitação descritos no Art. 62 da Lei 14.133, bem como comprovar experiência técnica, mediante apresentação de atestado e/ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo a identificação do emitente e a descrição dos serviços prestados e na área que se exige, comprovando a aplicação da metodologia BSC (Balanced Score Card) e no fornecimento de soluções pertinentes e compatíveis com um sistema de gestão de dados para a construção de diagnósticos para implantação de políticas públicas, diante das demandas apontadas em relatórios pela gestão do SUAS.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando a diversidade de empresas no mercado que oferecem serviços de software para gestão social, a variação de preços é uma realidade incontestável. A base de cálculo para a contratação está centrada no número de cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico) e na população do município, fatores que podem influenciar significativamente no valor final. Dada a complexidade da oferta e a necessidade de personalização conforme a realidade local, optar por cotações diretas junto às empresas se apresenta como a abordagem mais adequada. Esse método permitirá uma análise detalhada das propostas, levando em consideração tanto as variações no contexto empresarial quanto a correlação com o número de cadastros, garantido uma avaliação mais precisa e alinhada às necessidades específicas do município de Itajaí. A seleção criteriosa por meio de cotações diretas assegurará a obtenção de um valor justo e equilibrado, proporcionando uma solução eficaz para as demandas do Sistema Único de Assistência social (SUAS) no município.

O município de Itajaí, com pessoas cadastradas no Cadastro Único do Governo compreende uma comunidade com demandas sociais específicas. Ao considerar esse contingente populacional, torna-se imperativo avaliar com precisão as propostas apresentadas pelas empresas para a gestão integrada do Sistema Único de Assistência social (SUAS). O número de habitantes cadastrados no CadÚnico não apenas influencia o valor proposto pelas empresas, mas também representa um indicador crucial para a adequação da solução tecnológica às necessidades específicas. A análise criteriosa desses dados possibilitará a seleção de uma proposta que atenda de maneira eficaz às demandas sociais do município, proporcionando uma gestão eficiente e adaptada à realidade local.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O mercado apresenta as seguintes possibilidades:

- 6.1. Registro físico e armazenamento da documentação correspondente: inviável, indo de encontro com a modernização da administração pública;
- 6.2. Criação e gestão de software próprio pelo município de Itajaí: inviável, devido a alta demanda pelo setor de tecnologia, necessitando de estudo detalhado para eventual possibilidade, exigindo aumento do efetivo, além de servidores especializados;
- 6.3. Contratação de empresa especializada para criação/manutenção do atual sistema: alternativa mais vantajosa, baixo custo benefício combinado a isenção de responsabilidades do município para garantir o bom funcionamento.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Item	Descrição do Serviço	Valor Unitário	Valor Total (12 meses)
1	Manutenção do software e de toda a base do banco de dados existente, favorecendo o prosseguimento das ações executadas na integralidade.	R\$ 42.800,00	R\$ 42.800,00
2	Capacitação das equipes para utilização do Sistema:	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
3	Licença de uso do Sistema e Manutenção e aprimoramento da base de dados do município:	R\$ 6.157,08	R\$ 73.885,00
4	100h de suporte Técnico a ser pago conforme as horas utilizadas:	R\$ 4.333,23	R\$ 4.333,23
VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$ 126.018,33

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A empresa oferecerá um software padronizado, alinhado com as normativas, operando de forma online, proporcionará uma gestão eficiente das políticas públicas integradas, gestão social, relacionamento, cadastro integrado municipal, prontuário eletrônico da família e uma camada de inteligência estratégica.

A solução contempla a segurança da comunicação por meio de conexão segura criptografada, flexibilidade de uso de diferentes dispositivos, criação da estrutura organizacional, cadastro unificado de pessoas e famílias, controle de acesso, recuperação automática de senhas, além de recursos avançados de filtragem, busca textual rápida, e ações individuais e em lote nos registros.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

É fundamental destacar que a contratação do software para gestão social deve ser tratada, prioritariamente, como um projeto técnico, centrado na qualidade e eficácia da solução. Optar pelo parcelamento do pedido, especificamente em relação à desagregação da licença e do software, apresenta potenciais riscos que impactam diretamente a qualidade do produto final.

A integração e interdependência entre a licença e o software são cruciais para assegurar a plena funcionalidade e eficiência do sistema proposto. Qualquer desmembramento desses elementos pode resultar em dificuldades na integração, na interoperabilidade e, conseqüentemente, na performance da solução como um todo.

Além disso, a abordagem técnica requer uma visão holística do software, considerando-o como uma entidade única e integrada. Dessa forma, o parcelamento da contratação pode comprometer a coerência do projeto e dificultar a gestão eficaz

do ciclo de vida do software, incluindo atualizações e manutenções futuras.

Portanto, recomenda-se a não realização do parcelamento, enfatizando a importância de manter a unidade e a integridade do produto contratado, o que garantirá um desempenho otimizado, alinhado com as expectativas técnicas e operacionais do município de Itajaí.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes, uma vez que o software a ser adquirido é vendido como um pacote, com todos os módulos e componentes necessários ao seu pleno funcionamento.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Manutenção da base de dados e o suporte técnico, o que se faz necessário e de fundamental importância que se mantenha, diante do resultado positivo alcançado, no qual se vem tendo a melhoria significativa, tanto pelos serviços e respectivas equipes, quanto dentre todos os serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade da assistência, possibilitando a integração das ações e informações, evitando a revitimização do usuário, o desserviço e a duplicidade de encaminhamentos e ações, além da riquíssima fonte de dados que favorece a construção de diagnóstico/planejamento para a efetivação de políticas públicas ou aquisição de serviços, o que motiva a realização de novo processo licitatório visando a compra de serviço desta mesma natureza, garantindo a continuidade na manutenção, alimentação e armazenamento das informações existentes.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há necessidade de serem adotadas providências prévias à contratação.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não foram identificados possíveis impactos ambientais na contratação do software objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO
<p>Documento assinado digitalmente</p> <p> ANA PAULA SOUZA NERY DE OLIVEIRA DA ROCH Data: 09/09/2024 15:54:32-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <hr/> <p>Ana P. N. O. da Rocha</p> <p>Matrícula: 1601</p> <p>Itajaí/SC, 28 de agosto de 2024.</p>	<p>Documento assinado digitalmente</p> <p> THIAGO ROBERTO VIEIRA DOS PRAZERES Data: 09/09/2024 16:09:26-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <hr/> <p>Thiago R. V. dos Prazeres</p> <p>Matrícula: 2442701</p> <p>Itajaí/SC, 28 de agosto de 2024.</p>

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.
Itajaí/SC, 28 de agosto de 2024.



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ



Documento assinado digitalmente

PEDRO ANTONIO GERALDI

Data: 09/09/2024 16:19:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO ANTONIO GERALDI
Secretário Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

Rua Antônio Adão Dias • 700 • São Judas

88.303-430 • Itajaí • Santa Catarina

Fone: 47 3248-0800 •

www.itajai.sc.gov.br • sas-gestao@itajai.sc.gov.br